

## **MANIFESTAÇÃO TEC.CONJ-UCS/GBS/DLN 01/2021.**

**REF.: Solicitação de Manifestação Técnica da FF sobre a proposta de Revisão do Plano Diretor do Município de Peruíbe - Zona de Amortecimento - PESM Núcleo Itariru.**

**INTERESSADO: Departamento de Meio Ambiente e Agricultura - Prefeitura Municipal de Peruíbe - CONDEMA.**

### **1- Introdução.**

Trata-se de ofício da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura da Prefeitura Municipal de Peruíbe, anexando documentos do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (**CONDEMA**), visando obter uma manifestação técnica sobre impactos da proposta de revisão do plano diretor do município na Zona de Amortecimento do PESM Núcleo Itariru.

As análises utilizaram entre outras fontes o Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar (**PESM**) Decreto Estadual Nº 58.996/2013 - dispõe Zoneamento Ecológico Econômico (**ZEE**) da Baixada Santista; informações do site da Prefeitura Municipal (acesso 2/03/2021); arquivos digitais da proposta de zoneamento fornecidos pela coordenação dos trabalhos da revisão do plano e pelo Departamento de Meio Ambiente e Agricultura, e bases disponíveis na plataforma Datageo/SIMA.

A presente Manifestação Técnica visa apresentar elementos de esclarecimento sobre as características e aspectos relevantes incidentes no território, com o intuito de contribuir como mais um balizador para os trabalhos desenvolvidos pela equipe técnica da Prefeitura Municipal e dos segmentos representativos da sociedade civil que compõem o CONDEMA. Cabe-nos registrar que visando um melhor entendimento da proposta foram realizadas duas reuniões de representantes desta Fundação Florestal, sendo PESM Núcleo Itariru, juntamente com técnicos e diretor do Departamento de Meio Ambiente e Agricultura e da coordenação dos trabalhos de revisão do referido Plano Diretor.

### **2- Plano de Manejo do PESM e sua Zona de Amortecimento (ZA).**

O Plano de manejo do PESM foi aprovado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente - **CONSEMA** (Deliberação CONSEMA Nº 34-2006 - 227ª Reunião Ordinária do Plenário) contemplando os seus programas de gestão e o zoneamento incluindo uma zona de amortecimento. Há o entendimento que a definição dessa zona de amortecimento partiu também sob premissas da Resolução CONAMA 13/1990, vigente à época, bem como, segundo se consta expresso neste Plano de Manejo: *“definidas, sempre que possível, em função de suas características naturais e culturais, de suas potencialidades, fragilidades e necessidades específicas de proteção, de acertos e de conflitos de uso atual.”* Mas se fez necessário ajustes específicos das características regionais nessas áreas em relação à unidade de conservação PESM e dos resultados de diagnósticos de áreas temáticas. As zonas de amortecimento para as unidades de conservação de proteção integral são estabelecidas pela Lei Federal nº 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC) que define como zona do entorno de uma unidade de conservação áreas onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (artigos 2º e 25º).

A definição da zona de amortecimento do PESM utilizou vários critérios de exclusão e de inclusão, entre os quais destacamos do Plano de Manejo:

Exclusão: Área urbana ou industrial consolidada, com exceções.

Inclusão: Áreas de proteção de mananciais; remanescentes de ambientes naturais que podem formar corredores ecológicos com outras UCs; existência de remanescentes florestais com baixo grau de intervenção,

conferindo conectividade do fluxo gênico da flora e da fauna local e regional; conter áreas com risco de expansão urbana e industrial adjacentes ao Parque.



**Imagem 1:** PESH e sua zona de amortecimento na região do município de Peruíbe.

A Zona de amortecimento do PESH tem como objetivo principal proteger e recuperar os mananciais, os remanescentes florestais e a integridade da paisagem na região de entorno do P.E. da Serra do Mar, para garantir a manutenção e recuperação da biodiversidade e dos seus recursos hídricos, entre outros mais específicos como: articular com os municípios, a sociedade e instituições responsáveis pelo planejamento territorial, gestão do uso do solo e dos recursos hídricos; apoiar a elaboração e implementação de projetos e ações visando o desenvolvimento sustentável da região e também restringir a implantação de empreendimentos e execução de atividades com impacto negativo sobre a unidade de conservação.

O Plano aprovado apresenta recomendações para a sua zona de amortecimento, que destacamos como de especial interesse para avaliações da presente manifestação técnica.

- Articular pela incorporação das normas do Zoneamento Ecológico Econômico e Lei de Proteção e Recuperação dos Mananciais nos Planos Diretores Municipais;
- Apoiar a difusão e aplicação da legislação ambiental;
- Identificar as áreas de maior pressão de ocupação urbana adjacente ao PESH e articular o congelamento da sua expansão com as prefeituras;
- Incentivar a difusão de práticas agrícolas orgânicas e sustentáveis;
- Incentivar atividades de ecoturismo.

Finalmente apresenta também usos não recomendados como:

- O licenciamento e implantação de empreendimentos imobiliários com parcelamento do solo na zona rural em áreas menores do que o módulo do INCRA e a criação de novas áreas de solo urbano pelos municípios, conforme previsto no SNUC;
- O fracionamento de propriedades rurais nos municípios adjacentes ao PESH em áreas menores que a do módulo estabelecido pelo INCRA para cada município, de acordo com a Lei Nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, em seu artigo 9º.



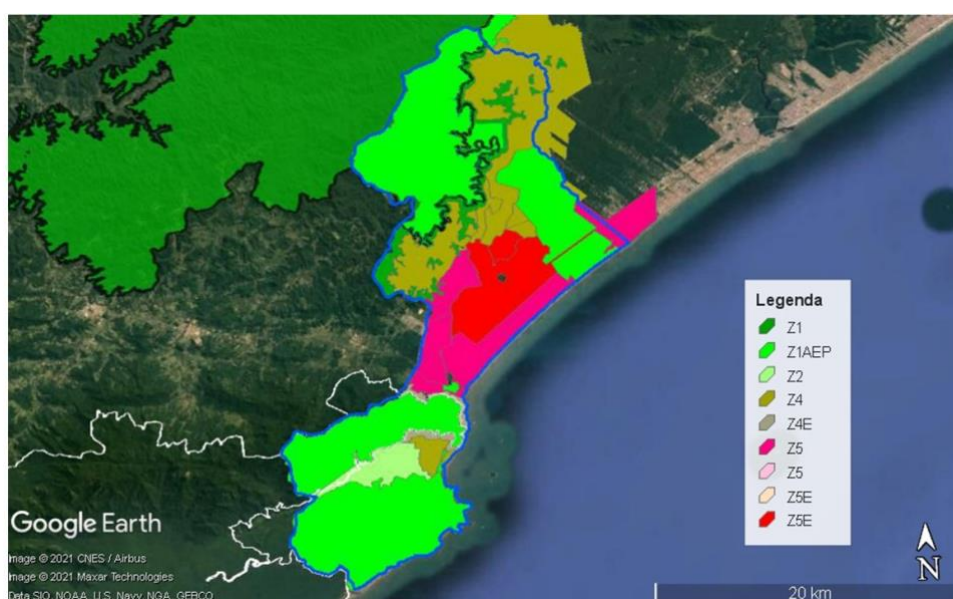
**Imagem 2:** Zona de amortecimento do PESM (N. Itariru) sobrepondo uma parte do município de Peruíbe.

### 3- Zoneamento Ecológico da Baixada Santista.

O zoneamento (ZEE) estabelece as normas de uso e ocupação do solo e de manejo dos recursos naturais a serem observadas em cada uma das zonas e subzonas dos municípios de Municípios de Bertioga, Guarujá, Cubatão, Santos, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe, tendo como objetivos específicos:

Identificação das unidades territoriais por suas características físicas, biológicas e socioeconômicas, bem pela sua dinâmica e contrastes internos; definição de normas e metas ambientais e socioeconômicas; ordenamento do uso de recursos naturais e ocupação de espaços costeiros; propiciar condições de desenvolvimento de ações visando a condução de recuperação da qualidade ambiental e potencial produtivo.

O ZEE no território de município de Peruíbe apresenta, na sobreposição com da zona de amortecimento do PESM, várias tipologias de zonas e subzonas terrestres que variam entre espaços com ecossistemas de maior conservação ambiental e menor intensidade de uso do solo (Z1 e Z2) e outras que apresentam um maior gradiente de antropização (Z3, Z4 e Z5).



**Imagem 3:** Zoneamento Ecológico Econômico da Baixada Santista e sua classificação.



#### 4- Programa de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista - PDSLP e a área denominada “Cajueiro”.

O Programa desenvolvido pelo Governo do Estado junto com os municípios tem como objetivos promover bases sustentáveis para o desenvolvimento econômico e social, eliminar passivos habitacionais e ambientais, promover a proteção ambiental em especial de unidades de conservação e seu entorno, a articulação interinstitucional, o planejamento, e a fiscalização e o controle e monitoramento de impactos ambientais.

No município de Peruíbe a zona de amortecimento do PESH apresenta uma área indicada pelo PDSLP como de muito alto risco pelo potencial de expansão e de ocupação nas proximidades da Unidade de Conservação e alta quanto a incompatibilidade territorial.

Este polígono definido no PDSLP é sobreposto a uma área particular (espólio) atualmente objeto de várias ações de fiscalização que estão sendo desenvolvidas de forma integrada visando estancar o processo irregular de ocupação e uso do solo verificado nos últimos anos. Os elementos para maiores esclarecimentos sobre a situação jurídica desta área são apresentados de forma mais completa em cópias dos anexos do documento do CONDEMA.

Incide ainda sobre parte deste polígono uma Ação Civil Pública (ACP), com liminar vigente proibindo novas ocupações e atividades que possam causar novos danos ambientais na região denominada “Cajueiro”.



**Imagem 4:** Área de especial atenção do PDSLP no município de Peruíbe com destaque de área judicializada do bairro Cajueiro.

#### 5- Projeto Conexão Mata Atlântica.

O projeto denominado Conexão Mata Atlântica (2018 – 2023) é desenvolvido com aporte financeiro do GEF (Global Environment Facility), juntamente com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. No Estado de São Paulo abrange 4 territórios relacionados a unidades de conservação (APA - São Francisco Xavier; e 3 do grupo de proteção integral: Estação Ecológica de Bananal, PESH N. Santa Virgínia e PESH Núcleo Itariru).

O objetivo do Projeto é conservar e recuperar serviços ecossistêmicos associados à biodiversidade e captura de carbono da floresta em zonas prioritárias do Corredor Sudeste da Mata Atlântica brasileira, e complementar esforços dos governos estaduais de proteção de unidades de conservação.

Como estratégia de desenvolvimento este incentiva a participação de proprietários de terras privadas para o manejo sustentável da paisagem florestal, por meio da promoção de atividades de restauração ecológica de florestas nativas, de regeneração natural assistida da floresta e de técnicas de manejo sustentável.

No PESM N. Itariru é desenvolvido nos municípios de Miracatu, Pedro de Toledo, Itariri e também em **parte de Peruíbe**, na sua interface com a zona de amortecimento.

Ocorre na prática, além do suporte financeiro para melhoria da efetividade de gestão das UCs, um amplo apoio de assistência técnica especializada (ATER) aos agricultores locais de pequeno porte para adoção de boas práticas ambientais, utilizando-se de ferramentas como o pagamento de serviços ambientais, certificações e fomento a cadeias de valores produtivas sustentáveis.

Até janeiro de 2021 foram firmados no território da área de abrangência do projeto do PESM N. Itariru 128 contratos relacionados a Pagamento de Serviços Ambientais (PSA), 42 de apoio à certificação de produção (CERT), 29 para Cadeias de Valor Sustentável (CVS) e ainda dois de apoio à organizações de produtores rurais.

#### **6- Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei Federal nº 9.985/2000) e zonas urbanas.**

Dentre as diretrizes do SNUC é importante ressaltar nesta presente Manifestação Técnica a importância das zonas de amortecimento das unidades de proteção integral destacadas em seu artigo 49, que traz:

“A área de uma unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral é considerada zona rural, para os efeitos legais” e, em seu parágrafo único: “A zona de amortecimento das unidades de conservação de que trata este artigo, uma vez definida formalmente, não pode ser transformada em zona urbana”.

Tal questão tem sido alvo de atenção por características territoriais frente à demanda habitacional, à expansão, os conflitos gerados diante do atual modelo de desenvolvimento, às complexas propostas de uso e ocupações, sendo faixas de planície costeira (litoral paulista), que requerem a compatibilização dos interesses frente a necessidade da manutenção do equilíbrio ambiental com elevada importância na conexão gênica na interface oceânica e Serra do Mar.

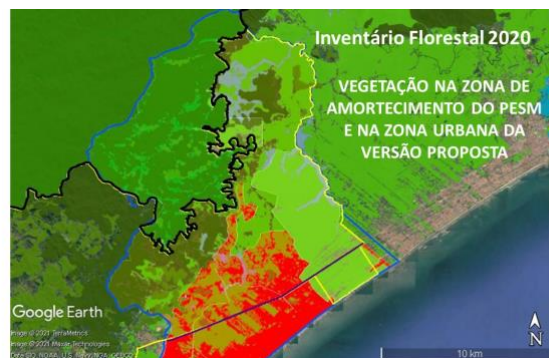
#### **7- Análise ecossistêmica e socioeconômica das áreas urbanas da proposta de revisão do Plano Diretor.**

Diversos estudos mais detalhados precisam ser realizados para avaliações socioeconômicas e ecossistêmicas atualizadas do município e da região. Uma importante fonte de dados disponível para análises é o Inventário Florestal, disponibilizado pelo Instituto Floresta / SIMA em 2020, e a base cartográfica hidrográfica da região (URGHI 07).

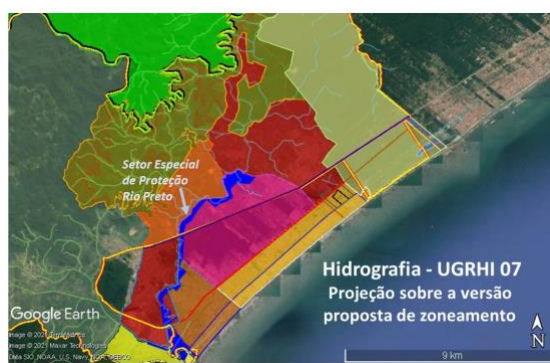
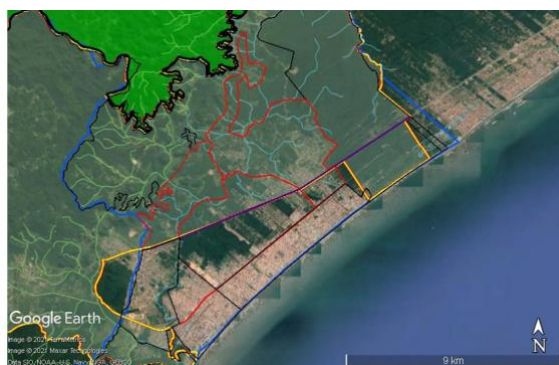
O Inventário Florestal (Instituto Florestal-2020) indica entre a atual zona urbana e a UC, relevante área com vegetação nativa. A projeção da proposta da ampliação da zona urbana sobre esta região, em destaque na figura abaixo, demonstra a potencialidade da perda de vegetação e de conectividade no referido espaço da zona de amortecimento do PESM no município.

A rede hídrica das microbacias nessa zona, a montante da Unidade de Conservação, aponta a importância especial do Rio Preto para o município, sendo o rio que basicamente detém a maior concentração de recursos naturais e que perfaz áreas sensíveis de suma importância ao PESM; este rio abrange boa parcela do município de Peruíbe, deságua na área central da cidade, região de planície, e traz consigo aspectos ainda estratégicos considerando o potencial e qualidade do sedimento em ponto específico denominado “lama negra” localizada próxima a junção com o Rio Branco, o que tem sido não só atrativo turístico, mas o testemunho vivo da interação biótica local e que referenda o elevado grau de importância.

É destaque dessa rede hídrica, recursos associados que contribuem a montante e jusante da Unidade de Conservação PESM, os serviços ecossistêmicos prestados resultantes da interação da Biota que o compõe, ênfase às imediações das áreas de preservação permanentes - APPs de nascentes e rios, que abrigam espécies da fauna e flora raras e ameaçadas de extinção, tal como a espécie de Papagaio - Cara-roxa (*Amazona brasiliensis*), entre outras, que resistem nesses fragmentos periurbanos, corredores vegetados formados por restingas em seus diversos estágios de regeneração, mas que ainda propiciam ambientes favoráveis e de suporte que contribuem significativamente com o Parque Estadual da Serra do Mar.



**Imagens 5 e 6:** Projeção da vegetação na ZA - áreas atualmente impactadas - perspectiva de novas perdas de vegetação nas zonas projetadas para a ampliação da zona urbana.



**Imagem 7 e 8:** Rede hídrica na planície da zona de amortecimento - destaque do do Rio Preto (Zona especial de proteção).

## 8 - O licenciamento ambiental.

É importante salientar que independente dos zoneamentos estabelecidos e ou propostos nesse território / faixa de planície de restinga que se conecta à UC PESM, quaisquer atividades e ou projetos que possam apresentar impactos, significativos ou não, estão sujeitos ao licenciamento ambiental, portanto, consequentemente, devem seguir determinações específicas da legislação ambiental vigente, em destaque a Lei da Mata Atlântica, o Código Florestal, que demonstra possibilidades legais de utilização, portanto, estritamente condicionadas ao atendimento de normas específicas por elas estabelecidas independente das categorias de zoneamento proposto.

## 9- Ação Civil Pública no interior do PESM na região do município de Peruíbe (ACP Nº 523/2010 - 441.01.2010.001970-4).

Importante constar sobre a Ação Civil Pública movida em 2011 pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em desfavor da Fazenda do Estado de São Paulo e esta Fundação Florestal, a qual contempla na sua petição inicial, além da abstenção de promover alterações no Plano de Manejo do PESM que visem desafetações,



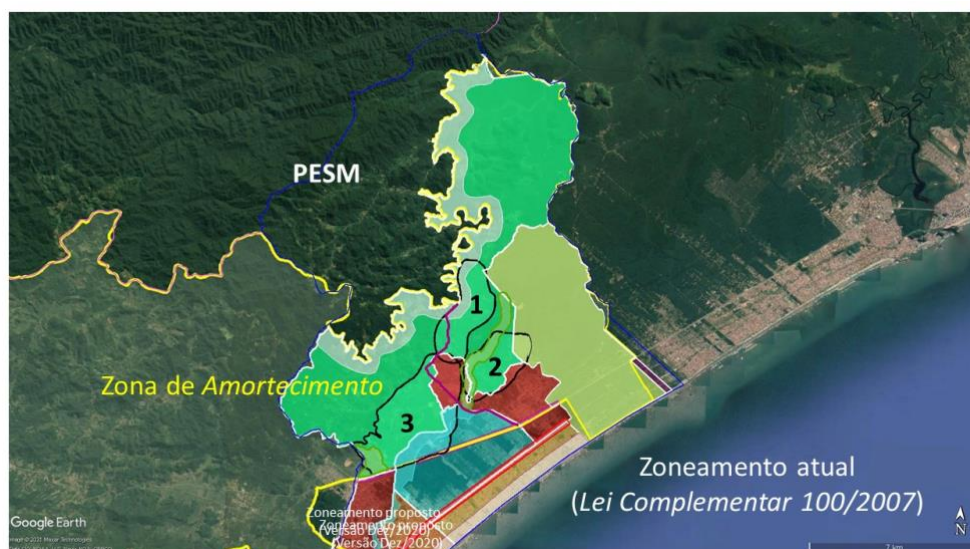
recategorização e a redução da área da UC no trecho do N. Itariru no município de Peruíbe, uma realocação da população não tradicional de toda essa área.

A ação é de extrema importância para o PESH e também para uma população residente na região do interior da UC e outras áreas adjacentes do município de Peruíbe. Considerando os avanços da referida ação civil há de se prever que alternativas para uma eventual e inicial realocação de parte desta população para outras áreas do município sejam efetivadas no oportuno. O cenário mais favorável visualizado é de uma utilização parcial na zona de amortecimento do PESH para o desenvolvimento de projetos que contemplem a população e suas características agropastoris / agricultura familiar, o que remete à atenção neste pleito, uma vez, por consequências, teoricamente seria inviabilizado no caso da transformação dessas áreas em urbanas.

#### **10- Principais pontos alterados na versão proposta do plano diretor dentro da Zona de Amortecimento do PESH.**

Numa avaliação macro espacial dos mapas apresentados da versão proposta é perceptível basicamente três áreas (manchas) na zona de amortecimento do PESH com alterações significativas. Todas elas indicam a possibilidade do incremento de zonas menos restritivas e com maior possibilidade / intensidade de uso (urbana) sobre as atuais zonas contempladas na Lei no Plano Diretor vigente. Mais precisamente ocorre uma redução da Macrozona Rural de Desenvolvimento Agroambiental e Macrozona de Recuperação Urbana.

As áreas caracterizadas como novas zonas urbanas da proposta foram, para efeitos desta avaliação, destacadas e representadas individualmente em três polígonos.



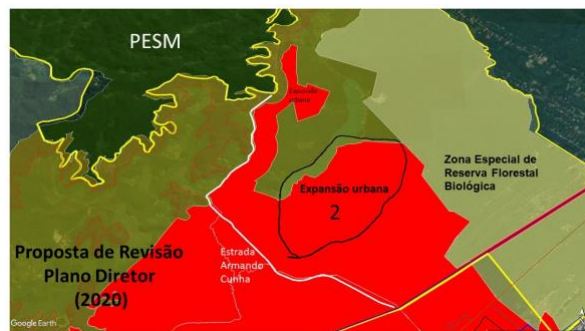
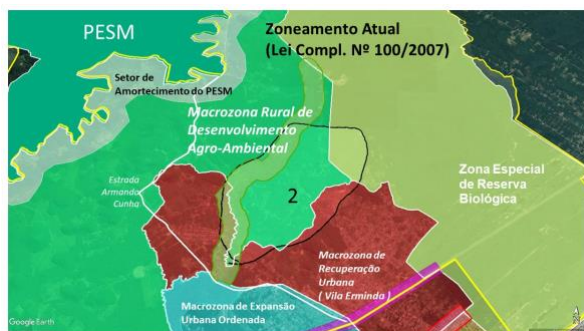
**Imagem 9:** Sinalização de três polígonos na “zona de expansão urbana” sobre o atual zoneamento (LC 100).

**10.1.** A proposta de expansão motiva um novo vetor de pressão sobre a UC pela sua maior aproximação ao limite do PESH. Este vetor é previsto face à perspectiva de crescimento populacional ao lado leste de parte do eixo da Estrada Municipal Armando Cunha.



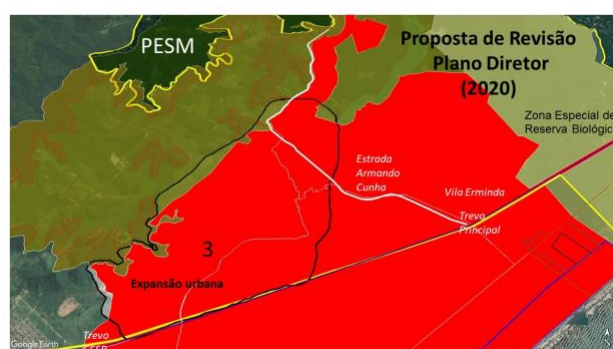
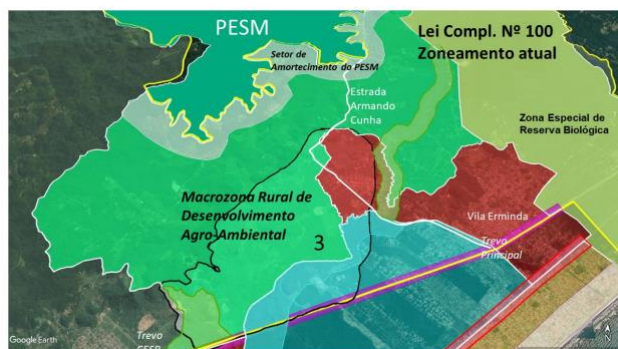
**Imagem 10 e 11.** Mapa da região (1) - Proposta de expansão urbana no eixo da Estrada Armando Cunha

**10.2.** A região apresenta proposta de uma expansão de zona urbana junto a divisa de terras indígenas, (atual Zona Especial de Reserva Florestal Biológica), além de sobrepor parcialmente polígono definido pelo PDSLP - onde está inserido a área sob atenção denominada “Cajueiro”, que é objeto de ação judicial devido ao complexo processo de desmatamento e desmembramento irregulares dessas áreas instalados nos últimos anos. Aparentemente a expansão da área urbana que incide sobre área judicializada (Cajueiro), reflete negativamente nos esforços de fiscalização que vêm sendo implementados para a gestão deste conflito.



**Imagem 12 e 13 - Mapa região (2) - Expansão parcial da área urbana sobre as atuais zonas de recuperação urbana e de desenvolvimento agroambiental.**

**10.3.** Outra região com expansão prevista para zona urbana, fica junto a porção norte da rodovia SP - 055, que corta o município e é a única e fundamental ligação deste às demais cidades da Baixada Santista e ao Vale do Ribeira. Esta rodovia é um eixo de conexão entre duas grandes regiões administrativas de duas metrópoles do Estado de São Paulo com a região Sul do país. É previsível que a flexibilização da forma regiões de ocupação e uso do solo neste território venha atrair a médio prazo investimentos do setor de transporte e armazenamento de cargas, e de serviços por sua localização estratégica em parte junto ao eixo da rodovia. Essa mesma região encontra-se indivisa com o município de Itariri que ainda não possui um Plano Diretor, o que inviabiliza uma avaliação ampla sobre as possibilidades de integração entre zoneamentos intermunicipais. Deve-se considerar também que o município de Itariri está inserido numa outra região administrativa do Estado (Vale do Ribeira), que não possui ainda um zoneamento ecológico econômico (ZEE) aprovado.





**Imagem 16 e 17** - Mapa região 3 - Expansão parcial da zona urbana na divisa com o município de Itariri junto ao eixo da rodovia estadual.

**11-** A nova zona urbana municipal, entendida aqui como um conjunto das regiões basicamente assinaladas nos destaques anteriormente, tende em parte a uma maior similaridade espacial com as zonas definidas no ZEE (BS), entretanto, é importante que as propostas para alteração do novo Plano Diretor tenham um refinamento das especificidades destas microrregiões para que possam ser traduzidas em ações e políticas públicas coerentes e compatíveis com as características e vocação do território.



**Imagem 18** - Mapa comparativo de zonas existentes e configuração final proposta da área urbana.

**12-** No texto avaliado as alterações propostas são basicamente contempladas no artigo 27 da minuta de revisão do Projeto de Lei de revisão do Plano Diretor (altera a atual Lei Complementar 100/2007) que modifica as Macrozonas de Proteção Ambiental e Rural de Desenvolvimento Sustentável.

### **13- Considerações finais para subsídios ao desenvolvimento do Plano Diretor na ZA - PSM.**

**13.1.** Os elementos utilizados para uma macro análise do território do município na zona de amortecimento do PSM sugerem que o zoneamento proposto apresenta discordâncias normativas e possivelmente estratégicas sob o foco da conservação e sustentabilidade ambiental, sendo, portanto, indicado à uma reavaliação mais aprofundada da atual versão.

**13.2.** A atual zona de amortecimento da UC PSM foi desenvolvida numa macro escala para atender uma boa porção da zona costeira do Estado de São Paulo, e, portanto, sem maior refinamento de trechos específicos para cada um destes. As recomendações apresentadas no Plano de Manejo do PSM, em conformidade com as imposições estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, merecem ser mais atentamente analisadas nos estudos de revisão do plano diretor, especialmente em relação aos riscos em planejamentos incompatíveis à ampliação dessas zonas urbanas.

**13.3.** O Zoneamento Ecológico Econômico (2013) desenvolvido em uma escala com menor detalhamento para toda e complexa região da baixada santista apresenta uma semelhança com o “desenho” sendo proposto para expansão de áreas urbanas do município de Peruíbe (2020). Ocorre que o ZEE não contempla com maior exatidão especificidades locais e as áreas pontuais atualmente com maiores pressões sobre remanescentes da vegetação e com grande potencialidade para conectividade entre elas. As demandas verificadas pelo município são abrangentes e devem observar as diretrizes do ZEE, entretanto, isto não implica que necessariamente tenham que obedecer a implantação de zonas menos restritivas definidas no referido decreto.

**13.4.** Os esforços empreendidos por diversas ações no polígono de especial atenção do PDSL, ênfase às áreas denominadas “Cajueiro”, e sem prejuízo de outros também de relevância que de alguma forma contribuam com esta importante faixa de conexão gênica a montante da UC PSM, podem ser comprometidos caso ocorra a expansão da zona urbana sobre essa região, agravando uma situação que já é de complexo gerenciamento. A expansão da zona urbana da maneira proposta tende a aumentar sensivelmente a pressão sobre uma área

bem conservada, atualmente classificada como Zona Especial de Reserva Florestal Biológica. Sobre essa área (Terra Indígena) ocorre adicionalmente uma pressão latente no seu setor leste, próximo à rodovia estadual, junto a divisa com o município de Itanhaém, que já apresenta trechos indicados como urbanos, conforme o ZEE aprovado da Baixada Santista.

**13.5.** O Projeto Conexão Mata Atlântica desenvolvido de forma “piloto” no território da zona de amortecimento do PESH é uma experiência que pode ser ampliada visando garantir a ocupação de agricultores mais antigos da região, agregando valores à produção agrícola e a uma mais adequada ocupação e uso do solo de maneira diferenciada, sustentável e menos impactante ambientalmente. O modelo piloto do Projeto Conexão poderia contribuir para compor uma política municipal visando a melhoria e a continuidade das atuais zonas. Há de considerar, complementarmente e que aqui reitera-se, a indicação de uma zona menos restritiva de usos (zona urbana), não implica necessariamente em maiores facilidades para sua implantação, visto que para os projetos de qualquer porte na área são condicionados aos demais instrumentos legais vigentes como Código Florestal e a Lei da Mata Atlântica.

**13.6.** Considerando o significativo percentual de recursos naturais indicado pelo inventário Florestal (IF - 2020) na região desta análise, entende-se que existe uma margem de possibilidades para organização das demandas de desenvolvimento do município com a manutenção de uma zona rural compatível, não divergente segundo preceitos e premissas da manutenção desse importante faixa territorial.

**13.7.** É importante salientar para uma das regiões onde está prevista nesta versão do plano uma expansão da área urbana, próximo à rodovia estadual e limítrofe ao município de Itariri apresenta uma complexidade maior de planejamento em função da inexistência de plano diretor para aquele município, e ainda, que não existe um ZEE aprovado para o Vale do Ribeira, em que este está inserido, praticamente inviabilizando um melhor planejamento integrado das duas regiões.

**13.8.** Reiteramos sob razões da ACP em curso (*item “9” acima*) que foi embasada especialmente no fato de que nas UCs de proteção integral não são permitidas ocupações humanas. A dificuldade no equacionamento da situação fundiária do PESH e o grande número de ocupantes no seu interior no território de Peruíbe é um outro e complexo problema a ser pontuado entre todos envolvidos. A perspectiva de remoção desses ocupantes do Parque Estadual, a curto ou médio prazo, é preocupante e deve ser avaliado conjuntamente - Estado e Município, o que se tem e se faz necessário na temática proposta de desenvolvimento de novo plano diretor e seu zoneamento.

#### **14. Considerações Finais**

Diante das várias manifestações contrárias com relação a expansão de área urbana e considerando a necessidade de se obter maior abrangência nos estudos;

Considerando a complexidade e o grau de importância na questão, visando a construção de uma zona compatível frente aos interesses e objetivos segundo preceitos já elencados no atual Plano de Manejo aprovado do Parque Estadual da Serra do Mar;

Pela necessidade da abordagem ser tratada por várias mãos, com equipes multidisciplinares, dadas implicações legais incidentes no município e pelas restrições já impostas, e ainda, dada a falta de maiores justificativas pelas alterações propostas, do reduzido tempo disponível para a análise por parte destes técnicos, vimos pela inviabilidade técnica socioambiental desta proposta, a qual seguimos-nos à disposição futura para maiores esclarecimentos, contribuições e colaboração nos trabalhos.

  
**Joaquim do Marco Neto**

**Gestor PESH N. Itariri**

**São Vicente, 12 de março de 2021.**

**Lafaiete Alarcon da Silva**

**Gerente da Baixada Santista**